



CONVÊNIO MARCO DE COOPERAÇÃO E COLABORAÇÃO

entre a

UNIVERSIDAD NACIONAL DE AVELLANEDA (Argentina)

e a

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (Brasil)

Entre a UNIVERSIDAD NACIONAL DE AVELLANEDA, com sede na rua España nº 350 da cidade de Avellaneda, província de Buenos Aires da República Argentina, representada neste ato por seu Reitor Engenheiro JORGE FABIAN CALZONI, documento nacional de Identidade Nº [REDACTED], eleito, conforme estipulado nos artigos 42 e 102 do Estatuto da Universidade Nacional de Avellaneda, aprovado pela Assembléia Universitária, reunido para tal fim em 28 de novembro de 2018, e em virtude dos poderes que lhe são conferidos em virtude de previstos nos artigos 39 e 46 do referido Estatuto, que doravante e para os mesmos fins do Convênio será denominada “A UNDAV”, de um lado, e do outro lado, a UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, com sede na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil, na Avenida Silvio Américo Sasdeli, nº 1842, Edifício Comercial Lorivo, Vila A, representada neste ato por seu Reitor *pro tempore* Professor Gustavo Oliveira Vieira, RG [REDACTED], CPF [REDACTED], nomeado conforme Portaria nº 722, de 2017, publicada no Diário Oficial da União Nº 110 do dia 8 de junho de 2017, Seção 2, Página 14, do Ministério de Educação o, apto legalmente, que doravante e para os efeitos do presente Convênio será denominado “UNILA”. Para tal finalidade as partes concordam em celebrar o presente instrumento:

C O N S I D E R A N D O



Que a colaboração mútua entre ambas as instituições é a base fundamental para seu respetivo desenvolvimento institucional, incrementando suas capacidades nos campos da Docência, da Pesquisa Científica, Tecnológica, Humanística e cultural e da Extensão.

Que o intercâmbio acadêmico, científico e cultural resultará num crescimento de suas capacidades a serviço das comunidades a que pertencem.

Que deste modo cumpre-se a responsabilidade social do conhecimento do qual ambas as instituições participam em alto grau.

Antecedentes

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana tem como missão contribuir para a integração solidária e a construção, na América Latina e no Caribe, de sociedades mais justas, com equidade econômica e social, por meio do conhecimento compartilhado e da geração, transmissão, difusão e aplicação de conhecimentos produzidos pelo ensino, pesquisa e extensão, de forma indissociável, integrados à formação de cidadãos para o exercício acadêmico e profissional e dedicados à busca de soluções democráticas para os problemas latino-americanos.

A Universidade Nacional de Avellaneda reconhece que a educação, assim como o conhecimento, é um bem público e um direito pessoal e social, considerando-a uma prioridade nacional e que se constitui em política de Estado para construir uma sociedade justa e reafirmar a soberania e identidade nacional, além de aprofundar o exercício da cidadania democrática, respeitar os direitos humanos e liberdades fundamentais e fortalecer o desenvolvimento econômico-social da Nação. Para realizar sua missão na formação acadêmica, propõe também o estabelecimento de relações com outras instituições para tender a uma formação acadêmica integral de qualidade e apoiada em sólidos valores éticos e humanistas de seus estudantes.



A Lei 26543 cria a UNDAV como pessoa de direito público com autonomia acadêmica e institucional e autarquia econômico-financeira, em conformidade com o Artigo 75, inciso 19 da Constituição Nacional da República Argentina. Fazem parte também de sua organização jurídico-política, bem como de seu funcionamento, a Lei 24521 de Educação Superior, seu Estatuto Universitário e as Regulamentações que em sua consequência forem estabelecidas. Que o Sr. Reitor, dentre as atribuições que lhe confere os artigos 39 e 46 do Estatuto da Universidade, possui a de promover a celebração e assinatura de Convênios nacionais e internacionais.

Em virtude do anteriormente exposto, ambas as partes concordam que o presente Convênio será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

PRIMEIRA: OBJETIVO: O objetivo do presente Convênio Marco é o de estabelecer e desenvolver relações de colaboração e cooperação entre ambas as instituições, a fim de promover o desenvolvimento da educação, da capacitação, da pesquisa e do intercâmbio cultural nas áreas comuns a ambas as Partes. As mesmas concordam também, pelo presente convênio, com a realização conjunta de ações de colaboração em temas acadêmicos de graduação e pós-graduação, de pesquisa e transferência e de extensão, em áreas de mútuo interesse.

SEGUNDA: ANEXOS OPERACIONAIS: As ações que derivarem do presente Convênio Marco serão instrumentalizadas em programas de trabalho ou intercâmbio -conforme o casos- os quais serão formalizados mediante convênios específicos que se constituirão em Atas Complementares deste Convênio Marco e serão assinados pelos representantes de ambas as instituições, ou por quem for designado pelos mesmos, devendo as autoridades competentes dispor as medidas legais procedentes a fim de assegurar sua validade. Em tais acordos serão estabelecidos os objetivos e planos de trabalho, prazos, equipamento, pessoal e qualquer outra colaboração ou serviço que deva ser oferecido por cada uma das partes.



TERCEIRA: DIREITOS E OBRIGAÇÕES: Os Convênios Específicos a que se refere a cláusula anterior deverão detalhar os direitos e obrigações de cada uma das partes, devendo incluir, no mínimo, os objetivos, os responsáveis pela execução, os detalhes operativos, os recursos necessários para sua realização e as modalidades de seu financiamento, a forma de distribuição das utilidades, quando houver, a propriedade intelectual, se for o caso, além de indicar o pessoal envolvido e meios técnicos implicados, equipamento e instrumental a ser utilizados e demais aspectos necessários para sua implementação e jurisdição.

Não obstante, o pessoal designado por cada parte para a execução das atividades previstas em cada Convênio Específico continuará a depender do Órgão a que pertence, ficando porém subordinado à autoridade que for designada para a execução do convênio.-

QUARTA: COLABORAÇÃO MÚTUA: Em se tratando de projetos conjuntos cuja realização requeira autorizações, apoio ou financiamento de órgãos nacionais e internacionais, as partes irão colaborar mutuamente nos trâmites que forem necessários para esse fim.

QUINTA: CONFIDENCIALIDADE - PROPRIEDADE INTELECTUAL: A confidencialidade ou divulgação dos resultados das atividades que vierem a ser desenvolvidas deverão ser definidas pelas partes de acordo com uma estratégia de transferência da tecnologia, conforme a natureza pública ou privada do bem a ser transferido, a menos que por sua natureza confidencial a mesma deva ser protegida conforme as leis do país. Toda informação resultante de atividades conjuntas realizadas sob este acordo ficará disponível para ambas as partes e será propriedade comum das mesmas, a menos que estas decidam regularizar os direitos sobre eventuais resultados científicos e/ou técnicos obtidos durante a execução dos projetos (propriedade intelectual ou industrial) conforme as contribuições intelectuais de cada uma, nos convênios específicos.-



SEXTA: CONVÊNIOS SIMILARES: Conste expressamente que a subscrição do presente acordo não impede as partes signatárias de firmarem convênios similares com outras entidades interessadas em fins análogos.

SÉTIMA: VIGÊNCIA: O presente convênio começará a ter validade a partir de sua aprovação pelos órgãos competentes e terá a duração de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado mediante um termo aditivo, com a prévia anuênciam das partes, desde que haja interesse das partes devidamente demonstrado. Qualquer uma das partes poderá rescindir o presente Convênio sem declarar as causas, notificando a outra de forma fidedigna com uma antecedência de 90 dias. A denúncia não dará direito a pedir indenização de qualquer natureza nem interromperá o desenvolvimento de ações pendentes que não forem expressamente rescindidas.-

OITAVA: CONTROVÉRSIAS: As questões e controvérsias oriundas deste Acordo serão solucionadas mediante entendimento direto, ou por meio de um árbitro escolhido de comum acordo pelas partes. Em caso de dificuldade de acordo entre os partícipes no sentido de encontrar um mediador ou uma solução consensual, os partícipes acionarão o tribunal competente. Ficou acordado que o lugar de evento do litígio definirá o direito a ser aplicado e o tribunal competente. Quando ocorrer na Unila o Foro competente o da Subseção Judiciária Federal de Foz do Iguaçu, nos termos do Art. 55, §2º da Lei 8.666/93. Se for desenvolvido no Undav, o foro competente será o Tribunal Federal de Quilmes, Província de Buenos Aires.

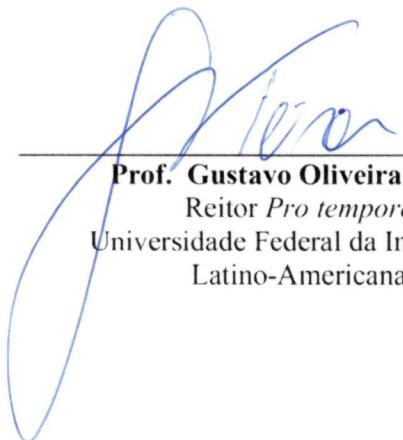
NONA: DOMICÍLIOS: As partes constituem domicílio nos endereços constantes no cabeçalho, os quais serão válidos para efeito das notificações que devam ser realizadas.

DÉCIMA: PUBLICAÇÃO: Imediatamente após a assinatura do presente instrumento, caberá à UNILA proceder à publicação do extrato do mesmo no *Diário Oficial da União*, dentro do prazo estabelecido no parágrafo único do Artigo 61 da Lei Federal nº 8.666/93.



E como prova de conformidade e prévia leitura, são assinadas 4 (quatro) vias de idêntico teor e para o mesmo fim, duas em língua portuguesa e duas em língua espanhola, em local e data assinalados pelos signatários.

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de 2019 Avellaneda, 04 de junho de 2019



Prof. Gustavo Oliveira Vieira
Reitor *Pro tempore*
Universidade Federal da Integração
Latino-Americana



Ing. Jorge Fabián Calzoni
Reitor
Universidad Nacional De Avellaneda

NOTA N° 170-19

“2019- Año del 70° Aniversario de la Gratuidad de la
Enseñanza Universitaria”

Avellaneda, - 4 JUN 2019

**Universidade Federal Da
Integracao Latino-Americana (Brasil)
Sr. Rector Pro Tempore
Profesor Gustavo Oliveira Vieira
S / D**

Se adjunta a la presente la documentación que se detalla a continuación:

- Un original firmado en Español del Convenio Marco de Cooperación y Colaboración entre la Universidad Federal de Integración Latinoamericana (Brasil) y la Universidad Nacional de Avellaneda (Argentina).
- Un original firmado en Portugués del Convenio Marco de Cooperacao e Colaboracao entre a Universidade Federal Da Integracao Latino Americana (Brasil) e a Universidad Nacional de Avellaneda (Argentina).

Sin otro particular saluda a usted muy cordialmente.

Ing. JORGE CALZONI
Rector
Universidad Nacional de Avellaneda



CONVENIO MARCO DE COOPERACION Y COLABORACION

entre la

UNIVERSIDAD NACIONAL DE AVELLANEDA (Argentina)

y la

UNIVERSIDAD FEDERAL DE INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA (Brasil)

Entre la UNIVERSIDAD NACIONAL DE AVELLANEDA, con domicilio en calle España 350 de la ciudad de Avellaneda, provincia de Buenos Aires de la República Argentina, representada en este acto por su Rector Ing. JORGE FABIAN CALZONI, documento nacional de Identidad N° [REDACTED], elegido, según lo determina el artículo 42 y 102 del Estatuto de la Universidad Nacional de Avellaneda aprobado en Asamblea Universitaria, reunida a tal fin el 28 de noviembre de 2018, y en virtud de las atribuciones que tiene conferidas en razón de cargo conforme a lo dispuesto en los artículos 39 y 46, del mencionado Estatuto, quien en lo sucesivo y para los mismos efectos del Convenio se denominará “LA UNDAV”, por una parte, y por la otra, la UNIVERSIDAD FEDERAL DE INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA, con domicilio en la ciudad de Foz de Iguazú, Paraná, Brasil, en la Avenida Silvio Américo Sasdeli, n° 1842, Edificio Comercial Lorivo, Vila A, representada en este acto por su Rector *pro tempore* Profesor Gustavo Oliveira Vieira, RG [REDACTED] CPF [REDACTED], nombrado de acuerdo a la Circular/*Portaria* nº 722, de 2017, publicada en el *Diário Oficial da União* nº 110 de 8 de junio de 2017, Sección 2, Página 14, del Ministerio de Educación, hábil civilmente y, quien en lo sucesivo y para los efectos del presente Convenio, se denominará “UNILA”, a tal efecto las partes convienen en celebrar el presente instrumento:

CONSIDERANDO



partes, que incluirán como mínimo los objetivos, los responsables de la ejecución, los detalles operativos, los recursos necesarios para su realización y modalidades de su financiamiento, la forma de distribución de las utilidades, si las hubiere, la propiedad intelectual, si correspondiere, consignándose además el personal involucrado y medios técnicos afectados, equipamiento e instrumental a utilizar y demás aspectos necesarios para su implementación y la jurisdicción.

No obstante el personal asignado por cada parte para la ejecución de las actividades previstas en cada Convenio Específico, continuará dependiendo del Organismo al cual pertenecen, pero estará subordinado a la autoridad que se designe para la ejecución del convenio.-

CUARTA: COLABORACIÓN MUTUA: Cuando se trate de proyectos conjuntos cuya realización requiera autorizaciones, apoyo o financiamiento de organismos nacionales e internacionales las partes colaborarán mutuamente en los trámites que sean necesarios a tal efecto.

QUINTA: CONFIDENCIALIDAD - PROPIEDAD INTELECTUAL: La confidencialidad o la difusión de los resultados de las actividades que se desarrollen, deberán ser determinadas por las partes de acuerdo a una estrategia de transferencia de la tecnología, consistente con la naturaleza pública o privada del bien a transferir, excepto que por su naturaleza confidencial deba ser protegida de acuerdo a las leyes del país. Toda la información resultante de actividades conjuntas realizadas bajo este acuerdo, estará a disposición de ambas partes y será propiedad común de las mismas, excepto que decidan regular los derechos sobre eventuales resultados científicos y/o técnicos obtenidos durante la ejecución de los proyectos (Propiedad intelectual o industrial) conforme con los aportes intelectuales de cada una, en los convenios específicos.-



Constitución Nacional de la República Argentina. Asimismo, forma parte de su organización jurídico-político, así como también su funcionamiento, la Ley 24521 de Educación Superior, su Estatuto Universitario y las Reglamentaciones que en su consecuencia se dicten.

Que el Sr. Rector, dentro de las facultades que le confieren los artículos 39 y 46 del Estatuto de la Universidad, tiene la de promover la celebración y firma de Convenios nacionales e internacionales.

En virtud de lo anteriormente expuesto ambas partes acuerdan que el presente Convenio se regirá por las siguientes cláusulas y condiciones:

PRIMERA: OBJETO: El objeto del presente Convenio Marco es el de establecer y desarrollar relaciones de colaboración y cooperación entre ambas instituciones para promover el desarrollo de la educación, la capacitación, la investigación y el intercambio cultural en las áreas comunes a ambas Partes. Asimismo, acuerdan por el presente convenio la realización conjunta de acciones de colaboración en temas académicos de grado y posgrado, de investigación y transferencia y de extensión, en áreas de mutuo interés.

SEGUNDA: ANEXOS OPERATIVOS: Las acciones a que dé lugar este Convenio Marco serán instrumentadas en programas de trabajo o de intercambio -según el caso- que se formalizarán mediante convenios específicos que se constituirán en Actas Complementarias de este Convenio Marco y serán firmados por los representantes de ambas instituciones, o de quien estos faculten, debiendo las autoridades intervenientes disponer las medidas legales que correspondan para asegurar la validez. En dichos acuerdos se establecerán los objetivos y planes de trabajos, plazos, equipamiento, personal y todo otro aporte o servicios que deba efectuar cada una de las partes.

TERCERA: DERECHOS Y OBLIGACIONES: Los Convenios Específicos a los que se refiere la cláusula anterior, deberán precisar los derechos y obligaciones de cada una de las



SEXTA: CONVENIOS SIMILARES: Se deja expresa constancia que la suscripción del presente acuerdo no significa un obstáculo para que las partes signatarias puedan concertar convenios similares con otras entidades interesadas en fines análogos.

SEPTIMA: VIGENCIA: El presente convenio comenzará a regir a partir de la aprobación por los órganos competentes y tendrá una duración de 5 (cinco) años, pudiendo ser prorrogado, siempre que haya interés de las partes, debidamente demostrado, mediante un término aditivo, con la previa anuencia de las partes. Cualquiera de las partes podrá rescindir el presente Convenio sin expresión de causas, notificando fehacientemente a la otra con una antelación de 90 días corridos. La denuncia no dará derecho al reclamo de indemnización de ninguna naturaleza y no interrumpirá el desarrollo de acciones pendientes que no fueran expresamente rescindidas.-

OCTAVA: DIFERENDOS: Las cuestiones y controversias derivadas del presente Acuerdo serán resueltas mediante entendimiento directo, o por medio de un árbitro elegido de común acuerdo entre las partes. En caso de dificultad de acuerdo entre las partes en lo que se refiere a encontrar a un mediador o una solución consensual, las mismas accionarán el tribunal competente. Queda acordado que el lugar del evento del litigio definirá el derecho aplicable y el tribunal competente. Si tiene lugar en la Unila, el Foro competente será el de la Subsección Judicial Federal de Foz do Iguaçu, en los términos del Artículo 55, §2º de la Ley 8.666/93. Si se desarrolla en la Undav, el Foro competente será el Juzgado Federal de Quilmes, Provincia de Buenos Aires.

NOVENA: DOMICILIOS: Las partes constituyen domicilio en los denunciados en el encabezamiento, donde serán válidas las notificaciones que deban realizarse.

DÉCIMA: PUBLICIDAD: Inmediatamente tras la firma del presente instrumento, corresponderá a la UNILA proceder a la publicación del extracto del presente instrumento en



Que la compenetración mutua entre ambas instituciones es la base fundamental para su respectivo desarrollo institucional, incrementando sus capacidades en los campos de la Docencia, la Investigación Científica, Tecnológica, Humanística, cultural y la Extensión.

Que el intercambio académico, científico y cultural, producirá un crecimiento de sus capacidades al servicio de las comunidades de las que forman parte.

Que de esta manera se da cumplimiento a la responsabilidad social del conocimiento, del que participan en alto grado ambas instituciones.

Antecedentes

La Universidad Federal de Integración Latinoamericana tiene por misión contribuir a la integración solidaria y la construcción, en América Latina y el Caribe, de sociedades más justas, con equidad económica y social, por medio del conocimiento compartido y la generación, transmisión, difusión y aplicación de conocimientos producidos por la enseñanza, investigación y extensión, de forma indisociable, integrados en la formación de ciudadanos para el ejercicio académico y profesional y dedicados a la búsqueda de soluciones democráticas para los problemas latinoamericanos.

La Universidad Nacional de Avellaneda reconoce que la educación y el conocimiento son un bien público y un derecho personal y social, considerándola una prioridad nacional y que se constituye en política de Estado para construir una sociedad justa, reafirmar la soberanía e identidad nacional. Profundizar el ejercicio de la ciudadanía democrática, respetar los derechos humanos y libertades fundamentales y fortalecer el desarrollo económico-social de la Nación. Para lograr su misión en la formación académica, propone también el establecimiento de relaciones con otras instituciones para propender a una formación académica integral de calidad y apoyada en sólidos valores éticos y humanistas de sus estudiantes.

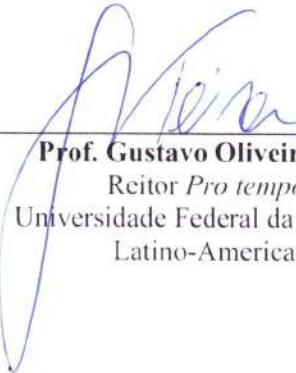
La Ley 26543 crea a la UNDAV como persona de derecho público con autonomía académica e institucional y autarquía económico-financiera, conforme con el Artículo 75 inciso 19 de la



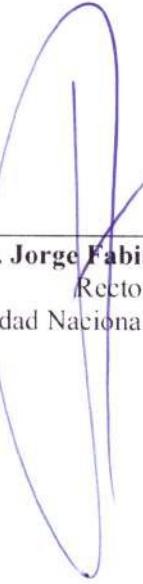
el *Diário Oficial da União*, dentro del plazo establecido en el párrafo único del Artículo 61 de la Ley Federal nº 8.666/93.

En prueba de conformidad y previa lectura, se suscriben 4 (cuatro) ejemplares de un mismo tenor y a un solo efecto, dos en idioma portugués y dos en idioma español, en lugar y fecha indicado por los signatarios.

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de 2019 Avellaneda, _____ de _____ de 2019



Prof. Gustavo Oliveira Vieira
Rector *Pro tempore*
Universidade Federal da Integração
Latino-Americana



Ing. Jorge Fabián Calzoni
Rector
Universidad Nacional De Avellaneda